

PANORAMA DO

FINANCIAMENTO

**DAS IEES/IMES/IDES
NO BRASIL**

ANDES
SINDICATO NACIONAL

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é resultado de um esforço coletivo de sistematização e análise de dados sobre o financiamento e a execução orçamentária das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (IEES/IMES/IDES)¹ no Brasil. O objetivo central do caderno é oferecer um diagnóstico inicial nítido, acessível e comparável acerca do orçamento dessas instituições, considerando aspectos como a relação entre a Receita Líquida de Impostos (RLI) dos entes federados e os recursos destinados às universidades públicas sob sua responsabilidade, bem como a efetiva execução desses orçamentos ao longo do tempo.

A categoria aprovou e vem aprovando a continuidade da pesquisa e do levantamento de dados, para fortalecer a luta do setor das IEES/IDES, considerando as seguintes resoluções:

38º CONGRESSO

Realizar estudos em conjunto com o GT Carreira sobre a Lei de Recuperação Fiscal, no sentido dos gatilhos de ataque à carreira e aos salários, num contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal (sistema de dívida pública) como estratégia de denúncia.

40º CONGRESSO

Que a diretoria do ANDES-SN organize e publique os resultados da Pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES, apresentados na live da Semana de Lutas das IEES/IMES de 2021.

41º CONGRESSO

¹ As IMES e a IDES integram o escopo da pesquisa, mas não foram incluídas nesta cartilha em razão de limitações relacionadas à disponibilidade, continuidade e padronização dos dados orçamentários, conforme detalhado mais adiante nas limitações metodológicas.

3. Que a Diretoria Nacional do ANDES-SN, em articulação com as Seções Sindicais, atualize e divulgue os dados da pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES.

42º CONGRESSO

Que o ANDES-SN continue a pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES-IDES até o próximo Congresso, na perspectiva de fortalecer e intensificar a luta das seções do setor das IEES-IMES, contribuindo nas mobilizações e negociações.

43º CONGRESSO

Continuar com a pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES-IDES até o 44º Congresso do ANDES-SN, avançando na coleta de informações sobre as isenções fiscais, perdas salariais, LOA e emendas parlamentares, a serem coletadas nos estados, municípios e DF pelo GT verbas, fóruns e seções sindicais, com auxílio de bolsistas contratados pelo ANDES-SN.

Tendo em vista as resoluções e o papel estratégico desempenhado pelas IEES/IMES/IDES no sistema nacional de educação superior, sendo responsáveis por ampla parcela da oferta pública de vagas, especialmente em regiões interioranas, onde muitas vezes constituem a principal, quando não a única, presença da universidade pública. Além de sua função acadêmica, essas instituições exercem papel fundamental no desenvolvimento regional, na formação de docentes, profissionais da saúde, engenharias, ciências agrárias, tecnologias e áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social dos estados e municípios, bem como no desenvolvimento e interiorização da pesquisa e da extensão.

Apesar dessa relevância, o financiamento das IEES/IMES/IDES tem sido historicamente marcado por instabilidade, perda de participação relativa nas receitas e recorrentes problemas de sub execução orçamentária. Em muitos casos, mesmo quando os orçamentos autorizados apresentam crescimento nominal, a liberação efetiva dos recursos não acompanha esse movimento, resultando em restrições severas ao funcionamento institucional, às condições

do trabalho docente, à manutenção da infraestrutura, à política de acesso e permanência estudantil e à capacidade de investimento.

Nesse contexto, a análise da participação do orçamento das universidades na RLI e do grau de execução orçamentária torna-se elemento central para compreender os limites estruturais do financiamento do ensino superior público subnacional no Brasil. A pesquisa que fundamenta esta cartilha parte do entendimento de que não basta observar os valores autorizados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA); é imprescindível examinar quanto desses recursos é efetivamente executado e de que forma se distribuem entre os diferentes Grupos de Natureza de Despesa, como Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

O caderno está organizado de modo a possibilitar tanto a leitura panorâmica quanto a análise um pouco mais detalhada por unidade da federação. Após uma introdução geral, que apresenta o contexto, os objetivos e a metodologia da pesquisa, cada estado é analisado em seção própria, seguindo uma estrutura relativamente padronizada. Essa padronização permite a comparação entre realidades distintas, evidenciando padrões nacionais, assimetrias regionais e experiências específicas, como a existência, ou não, de mecanismos de subvinculação orçamentária.

Ao final, a cartilha apresenta uma síntese analítica sobre o cenário nacional e uma conclusão geral, com destaque para os principais desafios identificados e para a importância de mecanismos institucionais que garantam maior estabilidade, previsibilidade e suficiência no financiamento das IEES/IMES/IDES. Mais do que um levantamento técnico, este material busca subsidiar o debate público, a formulação de políticas e as lutas em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com o desenvolvimento do país.

1. PANORAMA DAS IEES/IMES/IDES NO BRASIL

As Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (IEES/IMES/IDES) constituem um dos pilares fundamentais do sistema público de educação superior no Brasil. Embora frequentemente menos visibilizadas no debate nacional, essas instituições respondem por parcela expressiva da oferta pública de vagas, desempenhando papel estratégico na interiorização do ensino superior, na redução das desigualdades regionais e na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos territórios onde estão inseridas.

Distribuídas por todas as regiões do país, as IEES/IMES/IDES apresentam forte capilaridade territorial, com campi localizados majoritariamente fora das capitais, atendendo regiões interioranas historicamente marcadas por menor presença do Estado, menor dinamismo econômico e grande desigualdade social. Em muitos desses territórios, as universidades estaduais, municipais e a distrital representam o principal e, por vezes, o único polo de formação superior, produção científica e difusão cultural.

Ao longo de sua trajetória histórica, essas instituições estiveram diretamente associadas a projetos de desenvolvimento regional e estadual, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando diversos estados criaram suas universidades públicas como estratégia para formar quadros técnicos, docentes e profissionais qualificados, capazes de responder às demandas locais. Esse processo se intensificou nas décadas seguintes, com políticas de expansão e interiorização que ampliaram significativamente o número de campi, cursos e matrículas.

Além da oferta de ensino de graduação e pós-graduação, as IEES/IMES/IDES exercem papel central na formação de docentes da educação básica, na

prestação de serviços de saúde, assistência jurídica, extensão rural e no apoio a arranjos produtivos locais. Trata-se, portanto, de instituições que articulam ensino, pesquisa e extensão de forma profundamente vinculada às necessidades regionais, reforçando sua relevância estratégica no pacto federativo brasileiro.

Entretanto, apesar de sua importância estrutural, o financiamento dessas instituições tem sido historicamente marcado por fragilidades, instabilidade e assimetrias, refletindo os limites do federalismo fiscal brasileiro e a ausência de mecanismos nacionais de coordenação e garantia de financiamento adequado para o ensino superior público subnacional.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na análise de dados orçamentários e fiscais oficiais. As principais fontes de dados incluem:

- Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO);
- Leis Orçamentárias Anuais (LOA);
- Balanços Gerais dos Estados e Municípios;
- Dados complementares disponibilizados por secretarias de fazenda, planejamento e educação, quando necessário.

O recorte temporal abrange, sempre que possível, o período de 2007 a 2024, permitindo a observação de tendências de médio e longo prazo, além dos impactos de diferentes conjunturas econômicas, políticas fiscais restritivas e mudanças institucionais sobre o financiamento das instituições de educação superior estaduais, municipais e a distrital (IEES/IMES/IDES).

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A metodologia consiste nas seguintes etapas:

1. Consolidação dos dados da Receita Líquida de Impostos (RLI) e dos orçamentos das IEES/IMES/IDES, com cálculo da participação percentual dessas instituições na arrecadação dos entes federados.

2. Análise da execução orçamentária, por meio da comparação sistemática entre valores autorizados e realizados, desagregados por Grupo de Natureza da Despesa (GND).

3. Seleção de rubricas orçamentárias relevantes, com foco em três categorias essenciais para a saúde financeira das IES (Instituições de Ensino Superior):

- Pessoal e Encargos Sociais;
- Outras Despesas Correntes - ODC (também conhecidas com Despesas de Manutenção e Custeio);
- Investimentos.

4. Conversão de valores nominais para valores reais, aplicando a metodologia de atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme fórmula:

$$\text{Valor Atualizado} = \text{Valor Original} \times (\text{Índice atual} / \text{Índice do ano base})$$

Essa abordagem permite avaliar o comportamento orçamentário em termos reais, isolando o efeito inflacionário e evidenciando o poder de compra efetivo das instituições ao longo do tempo.

Objetivo da Análise

A estratégia metodológica adotada busca não apenas identificar o volume de recursos formalmente destinado às universidades, mas também avaliar a efetividade do gasto público. O processo permite detectar práticas recorrentes de contingenciamento e subexecução orçamentária, que impactam diretamente o funcionamento institucional e a capacidade de investimento das IES.

Limitações Metodológicas

A disponibilidade e a qualidade das informações orçamentárias e financeiras ainda não se configuram como uma realidade homogênea entre os entes subnacionais brasileiros. A descontinuidade das séries históricas, bem como a heterogeneidade nos padrões de registro, classificação e divulgação das despesas públicas, constituíram obstáculos relevantes para a coleta e sistematização dos dados em alguns estados, notadamente Maranhão, Roraima, Amapá e Tocantins apresentaram alguns desses problemas que inviabilizaram sua inclusão na presente análise.

Essas limitações também impediram a incorporação dos municípios e DF ao estudo. Além da exígua disponibilidade de dados consolidados sobre o financiamento do ensino superior municipal e distrital, observa-se que, em muitos casos, essas instituições operam com arranjos financeiros específicos, fortemente dependentes de fontes de receita diversificadas e não recorrentes, o que dificultaria a comparabilidade com os sistemas estaduais.

3. ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

O caderno está organizado de forma a combinar uma visão geral do financiamento das IEES com análises detalhadas por unidade da federação. Após esta introdução, cada estado é apresentado em seção própria, seguindo uma estrutura padronizada que contempla: o contexto das instituições de ensino superior estaduais, a evolução da RLI e do orçamento universitário, a participação das universidades na arrecadação estadual, a análise da execução orçamentária e uma síntese interpretativa.

Essa padronização metodológica e expositiva permite a comparação en-

tre estados, facilitando a identificação de padrões nacionais, assimetrias regionais e experiências específicas. Na parte final do caderno, é apresentada uma análise do âmbito nacional, seguida de uma conclusão geral, que sintetiza os principais achados da pesquisa e aponta desafios e recomendações para o fortalecimento do financiamento das IEES.

Ao estruturar o material dessa forma, a cartilha busca atender tanto a leitores interessados em um panorama nacional quanto àqueles que necessitam de informações específicas sobre a realidade de cada estado, reforçando seu caráter técnico, pedagógico e político.



Amazonas

1. Evolução da Participação das IEES na Receita Líquida de Impostos (RLI)

A receita líquida de impostos (RLI) do Estado do Amazonas e o correspondente financiamento destinado às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), representadas pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), no período de 2007 a 2024 apresentou crescimento significativo. A RLI saiu de R\$ 4,18 bilhões em 2007 para R\$ 20,40 bilhões em 2024. Em contrapartida, o financiamento da UEA também cresceu em valores absolutos, passando de R\$ 122,8 milhões para R\$ 764,2 milhões no mesmo período. No entanto, a análise da par-

ticipação percentual (%IEES/RLI) revela uma trajetória menos linear, iniciando em 2,94% em 2007, atingindo um pico de 4,40% em 2023, mas apresentando quedas significativas em anos como 2021 (2,95%) e 2022 (2,74%). Isso indica que, apesar do aumento nominal dos repasses, a priorização orçamentária relativa ao ensino superior não acompanhou de forma constante o crescimento da arrecadação estadual, conforme tabela a seguir.

Tabela 1: RLI e Orçamento da Universidade Estadual do Amazonas (2007-2024).

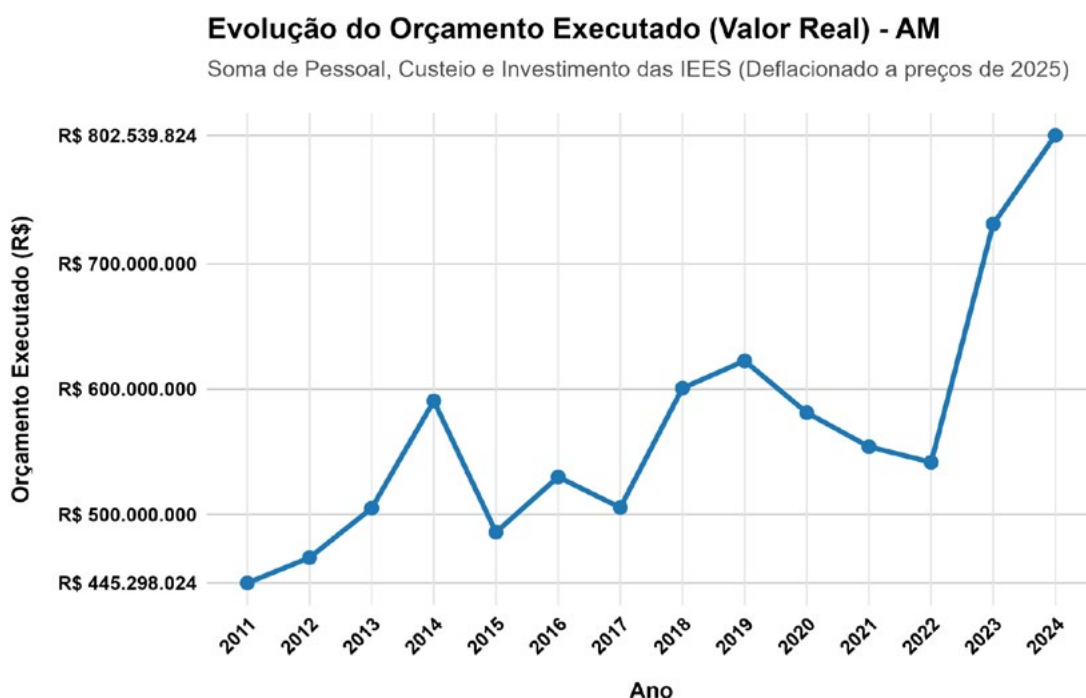
ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	4.181.641.928	122.777.697	2,94%
2008	5.120.622.979	163.387.788	3,19%
2009	4.889.404.684	209.993.686	4,29%
2010	5.915.179.993	195.640.924	3,31%
2011	6.589.030.448	202.568.742	3,07%
2012	7.227.825.732	223.211.869	3,09%
2013	8.071.867.542	257.169.466	3,19%
2014	8.579.104.164	319.787.594	3,73%
2015	8.469.497.865	286.794.819	3,39%
2016	8.643.650.711	340.213.585	3,94%
2017	9.090.492.990	335.698.712	3,69%
2018	10.334.306.921	413.558.468	4,00%
2019	11.312.650.341	444.625.275	3,93%
2020	12.058.110.757	428.389.306	3,55%
2021	15.012.889.400	442.305.581	2,95%
2022	17.244.447.832	472.461.308	2,74%
2023	15.178.390.669	667.704.688	4,40%
2024	20.396.928.265	764.201.713	3,75%

Fontes: RREO/BGE/Amazonas (2007-2024) - Elaboração própria

Os dados mostram que a universidade estadual recebeu repasses variáveis em termos relativos, o que pode impactar o planejamento de médio e longo prazo da instituição, mesmo com a tendência geral de crescimento do valor absoluto recebido.

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DO AMAZONAS

Analisando os dados orçamentários em valores reais, em diversos anos, o aumento nominal não foi suficiente para garantir a manutenção do poder de compra da universidade, especialmente em períodos de redução da participação percentual na RLI (como em 2021–2022). O gráfico a seguir mostra a evolução orçamentária da UEA em valores reais.

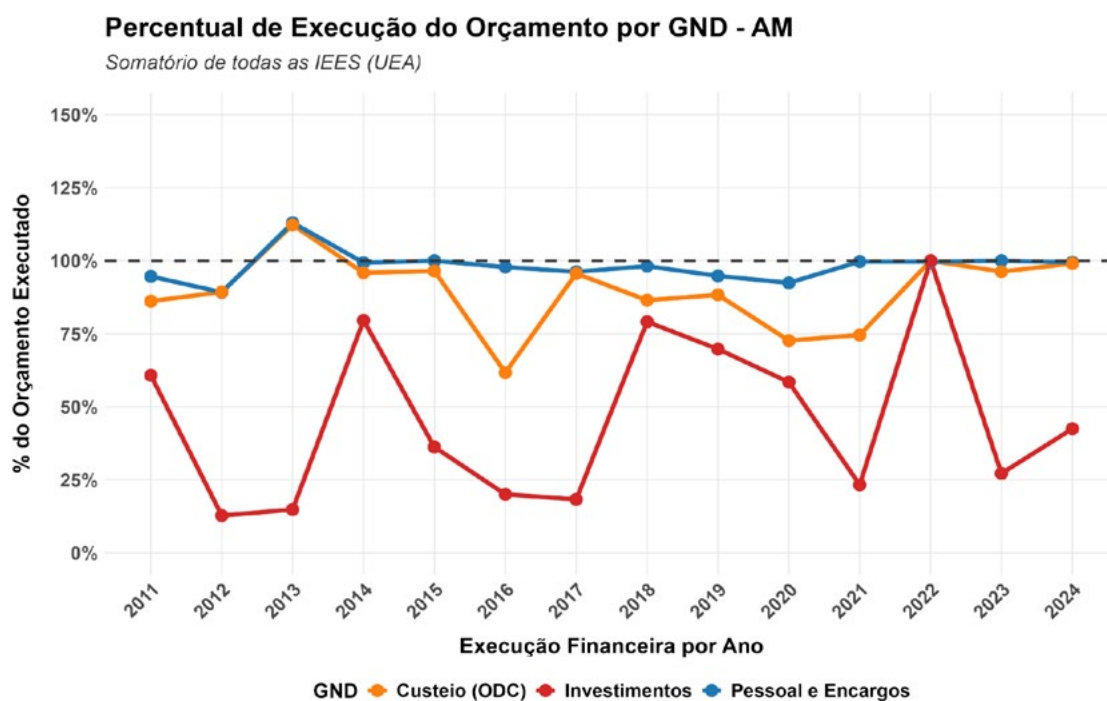


Os dados em gráfico revelam que, em termos reais, a trajetória do financiamento da universidade cresceu pouco mais de 100%, passando de R\$326,4 milhões para R\$781,8 milhões no período de dezessete anos. No entanto, a trajetória é devida basicamente aos anos de 2023 e 2024, que puxaram para cima o total das despesas com UEAM. No gráfico é possível observar que embora haja aumento nominal, o incremento real é menos expressivo na maior parte do período, isso ocorre por cada período de alta ser acompanhado por um período de queda. A análise em valores constantes expõe períodos críticos de perda do poder de compra dos recursos da universidade. Entre 2020 e 2022, por exemplo, o financiamento real caiu de R\$ 566,2 milhões para R\$ 527,6 milhões, mesmo com

crescimento real da RLI. Isso indica que a universidade enfrentou restrições orçamentárias reais nesses anos, comprometendo sua capacidade de manter e expandir atividades acadêmicas, de pesquisa e infraestrutura.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS REALIZADOS.2

A recuperação em 2023 e 2024 sugere um esforço recente de recomposição, mas a volatilidade histórica representou efeitos principalmente na rubrica de investimentos, como mostra o gráfico a seguir.



Os gastos discricionários são os gastos que por não serem obrigatórios são os que mais sentem os efeitos das oscilações orçamentárias, porém são centrais para o funcionamento da instituição. O orçamento destinado para a Universidade Estadual do Amazonas, tem sofrido permanente oscilações ao longo da série histórica, com poucos momentos em que é alcançado 80% de

2 Para os anos anteriores a 2011 não foram encontrados nos sites e documentos oficiais do governo os dados desagregados por Grupo de Natureza de Despesa.

execução do orçamento destinado aos investimentos, (2014, 2018 e 2022). Em grande parte do período a execução fica abaixo dos 30%. O baixo nível de investimento impossibilita um planejamento consistente das atividades e mesmo da expansão no curto prazo, limitando a capacidade de atuação da universidade.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

A participação percentual na Receita Líquida de Impostos (RLI) apresenta flutuações, com quedas em períodos de forte arrecadação estadual (como em 2021 e 2022), o que, em valores reais, resultou em perda efetiva do poder de compra da instituição em alguns anos. Essa instabilidade se materializa na execução baixa e irregular dos investimentos, que frequentemente ficam abaixo de 30% do orçamento autorizado, comprometendo a renovação da infraestrutura e o planejamento de longo prazo.

Embora os repasses absolutos tenham aumentado, o modelo de financiamento vigente compromete a expansão da atuação da instituição no médio e longo prazo. Garantir um patamar mínimo e estável de participação na RLI e assegurar a execução das dotações para investimentos são estratégicos para que a UEA possa consolidar e expandir seu papel vital no desenvolvimento social, científico e econômico do Amazonas.

Pará

1. Evolução da Participação das IEES na Receita Líquida de Impostos (RLI)

Para a receita líquida de impostos do Estado do Pará e o correspondente repasse para a Universidade Estadual do Pará (UEPA) no período de 2007 a 2024, observa-se um crescimento expressivo e contínuo da receita líquida de impostos, que passou de R\$ 5,5 bilhões em 2007 para R\$ 34,2 bilhões em 2024. No entanto, o percentual de participação da Universidade Estadual do Pará (UEPA) em relação à receita líquida de impostos (IEES/RLI) manteve-se relativamente estável, variando entre 1,38% e 1,97% no período, sem acompanhar

proporcionalmente o forte crescimento da arrecadação. Com pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1: RLI e Orçamento da Universidade Estadual do Pará. (2007-2024)

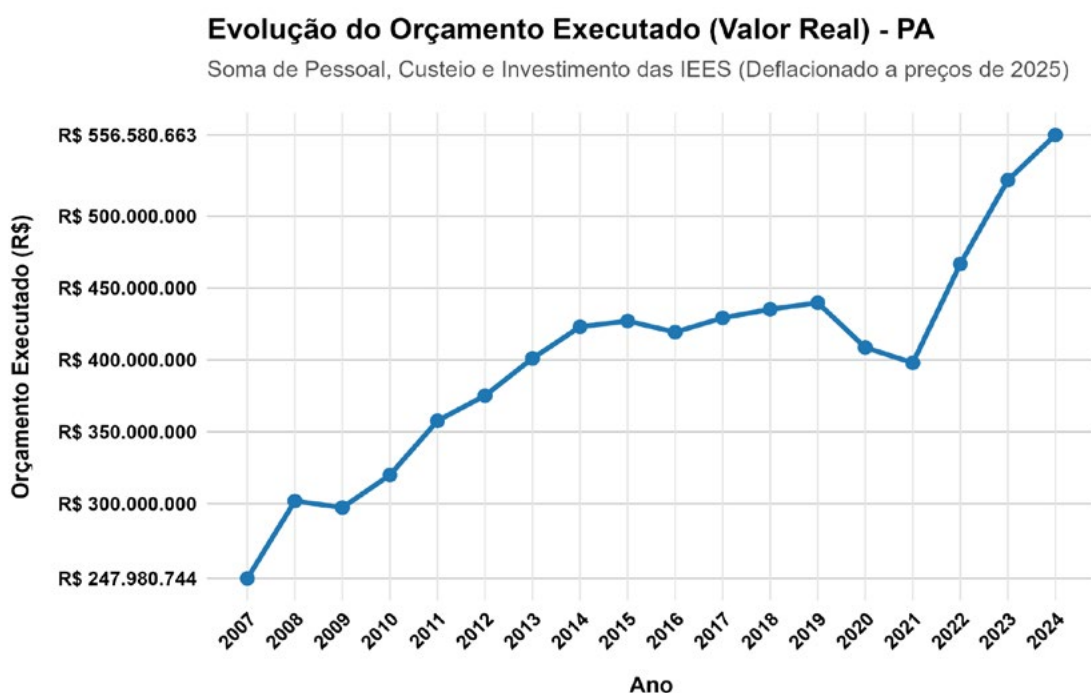
ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	5.537.619.323	90.859.746	1,64%
2008	6.605.328.857	116.867.455	1,77%
2009	6.734.837.224	120.742.234	1,79%
2010	7.563.668.712	136.487.841	1,80%
2011	8.750.311.849	162.709.019	1,86%
2012	10.152.737.608	179.907.335	1,77%
2013	11.271.360.749	204.268.139	1,81%
2014	12.647.906.243	229.077.508	1,81%
2015	13.498.757.247	252.141.070	1,87%
2016	14.530.247.258	269.191.913	1,85%
2017	14.487.855.721	285.075.243	1,97%
2018	15.548.461.063	299.650.281	1,93%
2019	17.172.069.000	314.082.937	1,83%
2020	18.162.853.000	301.220.158	1,66%
2021	22.941.559.225	317.671.212	1,38%
2022	27.837.809.312	407.260.430	1,46%
2023	29.877.244.141	479.137.967	1,60%
2024	34.205.666.554	529.992.261	1,55%

Fontes: RREO/BGE/ Pará (2007-2024) – Elaboração própria

A estabilidade do orçamento da universidade estadual do Pará em relação à RLI na faixa entre 1,38% e 1,97%, pode indicar um teto e um piso, que representa um volume de recursos importantes para a universidade. A título de exemplo, em 2024 quando o gasto com a universidade representou 1,55%, se fosse 1,97%, a UEPA teria recebido cerca de 22 milhões de reais a mais, demonstrando que a diferença entre um possível piso e teto pode representar uma grande diferença.

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DO PARÁ.

Embora o valor absoluto repassado à universidade tenha aumentado significativamente – de R\$90,9 milhões em 2007 para R\$530 milhões em 2024 –, sua participação percentual apresentou tendência de redução a partir de 2021, sendo o menor patamar da série (1,38%). Isso indica que, embora os recursos destinados à UEPA tenham crescido em termos nominais, sua fatia no orçamento estadual não se expandiu e até diminuiu em alguns períodos quando se incorporam os valores da inflação.

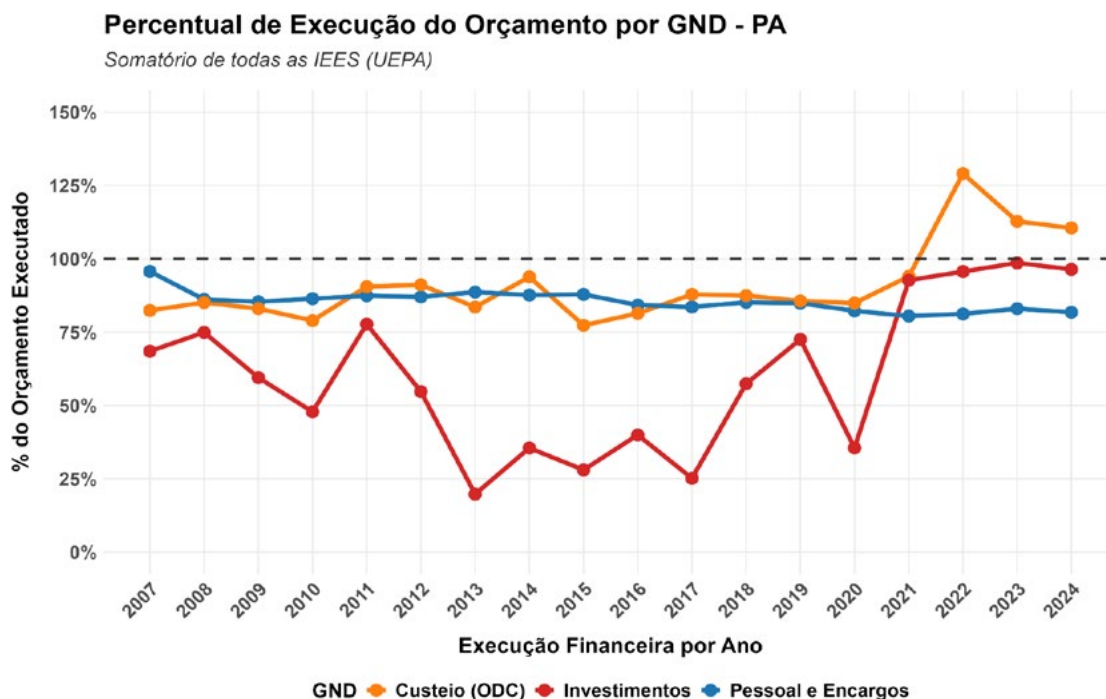


Em valores reais se observa que a universidade estadual do Pará durante os anos de 2013 a 2021 teve o orçamento real estagnado com uma queda em 2020 e 2021. Somente a partir de 2022 houve uma retomada no crescimento.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS EXECUTADOS.

Além da análise dos valores totais destinados a UEPA, é importante analisar o gasto por Grupo de Natureza de Despesas autorizado e realizado. Os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimen-

tos, podem ser separados em obrigatórios e discricionários. O gráfico a seguir mostra o percentual de execução do orçamento por cada GND.



Os gastos obrigatórios realizados com Pessoal e Encargos Sociais se mantém em toda a série histórica entre 80% e 88%, por ser uma despesa obrigatória via de regra é esperado como padrão um patamar maior de execução, chegando próximo aos 100% mesmo nos anos de 2022, 2023 e 2024 em que orçamento tende ao crescimento o patamar de execução para a rubrica de Pessoal e Encargos Sociais se mantém em torno dos 80%. Para Outras Despesas Correntes o orçamento executado demonstra estabilidade entre 80% e 90%. Entre as rubricas a destinada a investimento é que se mostra com maior volatilidade, com a maior parte dos anos abaixo dos 60% de execução, principalmente entre 2012 e 2018, seis anos consecutivos de execução orçamentária abaixo dos 60% do que foi autorizado para a rúbrica de investimentos. A partir de 2021 a execução se manteve acima dos 90% apontando um possível período de alta no percentual de execução para os investimentos.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Os dados analisados evidenciam que, embora a Universidade Estadual do Pará (UEPA) tenha recebido volumes crescentes de recursos em termos nominais ao longo dos últimos anos, sua participação percentual na Receita Líquida de Impostos do estado não acompanhou o expressivo crescimento da arrecadação, especialmente a partir de 2021, quando atingiu o menor patamar da série (1,38%). Em valores reais, o orçamento da UEPA permaneceu estagnado entre 2013 e 2021, com recuperação significativa apenas em 2022.

A análise da execução orçamentária por rubrica revela para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais uma faixa de execução orçamentária entre 80% e 88% dos recursos autorizados. Por se tratar de despesa obrigatória, onde espera-se que uma proximidade aos 100%, esse dado pode indicar uma possível margem de gasto com Pessoal e Encargos Sociais represada e contingenciada, podendo afetar por exemplo a contratação de docentes e técnicos administrativos. A rubrica de investimentos, fundamental para garantir a estrutura universitária, apresentou histórica subexecução, especialmente entre 2012 e 2018, com melhora nos últimos anos entre 2022 e 2024. Portanto, para fortalecer a UEPA e garantir seu papel estratégico no desenvolvimento do Pará, é necessário não apenas ampliar a participação orçamentária destinada à universidade, mas também executar integralmente os valores que são autorizados.

SEÇÕES POR ESTADO

REGIÃO NORDESTE

Alagoas

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IEES NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)

A análise da participação das IEES de Alagoas na Receita Líquida de Impostos (RLI) revela, a partir da série histórica em valores nominais, que, após ultrapassar o patamar de 4% da RLI em 2007, o orçamento destinado ao ensino superior estadual estabilizou-se em níveis inferiores entre 2008 e 2021. Nesse intervalo, a participação oscilou em uma faixa que variou de 3,02% (em 2021) a picos registrados em 2009 (3,97%) e 2015 (3,93%). Em 2022, pela primeira vez na série histórica documentada, o orçamento destinado caiu abaixo de 3%, ficando-se em 2,99% e mantendo uma trajetória descendente até 2024, quando atingiu 2,30% da RLI, o menor patamar de todo o período analisado. Essa queda ocorre em um contexto de crescimento consistente da arrecadação tributária estadual, o que evidencia uma progressiva falta de prioridade do ensino superior público nas políticas orçamentárias de Alagoas.

A tabela abaixo resume a evolução da RLI, do orçamento das IEES e da respectiva participação percentual no período compreendido entre 2007 e 2024:

Tabela 1: RLI e Orçamento da Universidade Estadual de Alagoas (2007-2024)

ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	2.821.214.877	118.695.259	4,21%
2008	3.368.384.233	128.556.730	3,82%
2009	3.370.704.066	133.825.238	3,97%
2010	3.767.117.552	137.495.047	3,65%
2011	4.473.976.089	150.167.154	3,36%
2012	4.749.610.114	161.372.117	3,40%
2013	5.226.180.124	190.921.398	3,65%
2014	5.683.116.922	217.251.963	3,82%
2015	6.069.571.003	238.626.432	3,93%
2016	7.107.263.946	254.544.520	3,58%
2017	7.092.314.151	263.187.838	3,71%
2018	7.674.353.835	262.148.772	3,42%
2019	8.293.087.354	277.582.347	3,35%
2020	8.370.953.063	276.328.941	3,30%
2021	10.745.388.091	324.165.586	3,02%
2022	12.729.334.768	380.245.551	2,99%
2023	13.921.415.767	392.921.276	2,82%
2024	16.091.749.700	370.652.954	2,30%

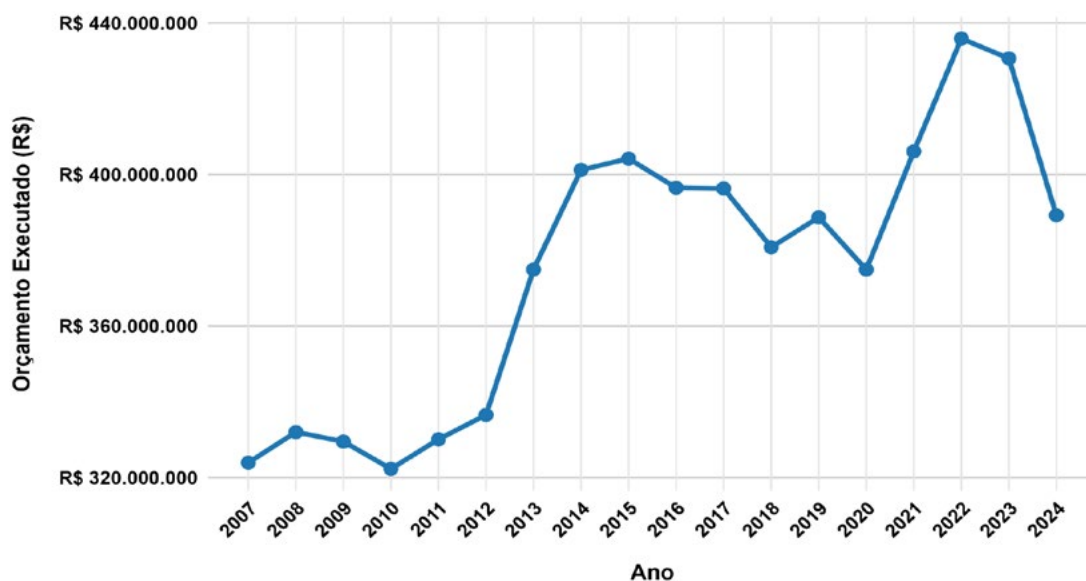
Fontes: RREO/BGE/ Alagoas (2007-2024) – Elaboração própria

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DE ALAGOAS.

Ao analisar o orçamento incorporando a inflação, observam-se períodos prolongados de estagnação, seguidos por picos de aumento e, logo em seguida, novos períodos de estagnação com tendência de queda. Esse ciclo pode ser observado entre 2007 e 2012 (estagnação), com aumento entre 2013 e 2015, nova estagnação com tendência de queda entre 2016 e 2020, subida em 2021 e 2022, e uma queda rápida nos anos mais recentes de 2023 e 2024. Quando se incorpora a inflação aos valores orçamentários, verifica-se que os valores destinados a 2024 são próximos aos patamares do período pré-pandemia. Essa trajetória pode ser vista no gráfico a seguir:

Evolução do Orçamento Executado (Valor Real) - AL

Soma de Pessoal, Custeio e Investimento das IEES (Deflacionado a preços de 2025)



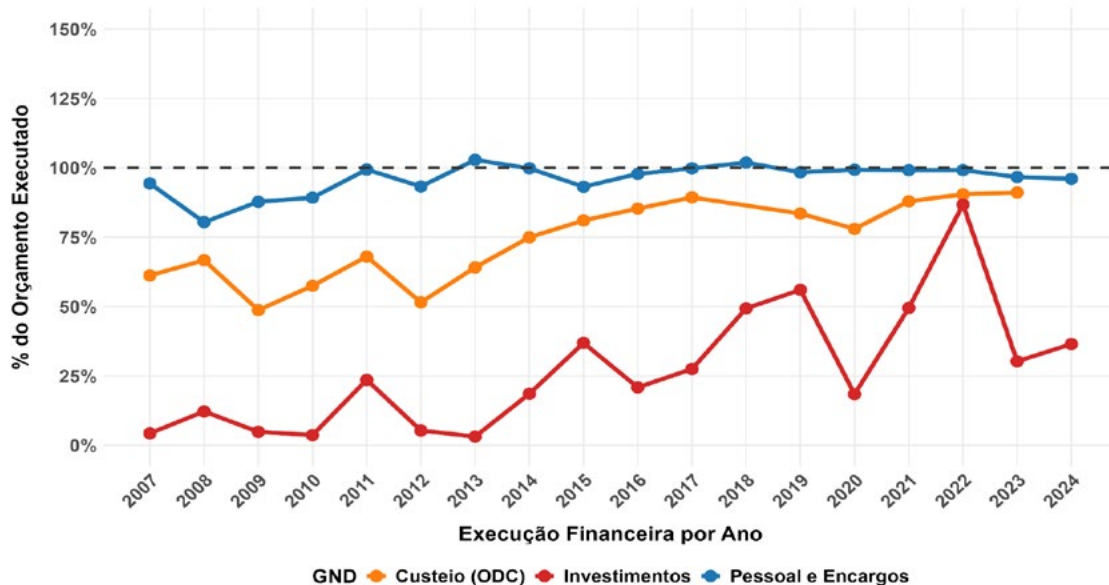
A trajetória descendente da participação orçamentária entre 2015 e 2024 reflete uma redução real dos recursos destinados às IEES, considerando-se a inflação acumulada no período.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS EXECUTADOS.

O orçamento discricionário de Outras Despesas Correntes e Investimentos realizados, em comparação às autorizadas, são sempre menores. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que são obrigatórias, por sua vez, têm um percentual de execução maior. O percentual de gastos executados em relação aos autorizados para as IEES de Alagoas, seguem no gráfico.

Percentual de Execução do Orçamento por GND - AL

Somatório de todas as IEES (UNEAL, UNCISAL)



Aos valores destinados a Investimentos, observa-se, na maior parte do tempo, um baixo volume de execução e um alto índice de contingenciamento, como pode ser observado entre 2007 e 2021, em que apenas no ano de 2019 passou dos 50% de execução, e maior parte do período abaixo dos 30%. A exceção na série foi o ano de 2018 quando ultrapassou os 80% de execução do orçamento destinado aos investimentos, porém sem tendência de manutenção desse patamar, uma vez que nos anos seguintes retomou-se a tendência a patamares abaixo dos 40% de execução. Para Outras Despesas Correntes³ se observa que, após um período entre 2007 e 2013 onde houve manutenção do percentual de execução entre 50% e 70%, a partir de 2015 se consolidou uma tendência de execução da rubrica a partir dos 80% com alguns anos alcançando 90% no percentual de execução.

Importante destacar que os gastos discricionários de ODC e investimentos são essenciais para o funcionamento com qualidade, a exemplo das condições de trabalho de docentes, de estudo e permanência dos estudantes, ex-

³ Os valores de Outras Despesas Correntes para o ano de 2018 foram retirados por apresentarem inconsistência.

pansão e impacto na sociedade que a instituição pode exercer.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

O cruzamento dos dados de receita e execução orçamentária permite diagnosticar um cenário de subfinanciamento por meio do contingenciamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) de Alagoas. A combinação de redução percentual de participação na RLI, baixo crescimento nominal do orçamento com perda no poder de compra devido aos impactos inflacionários e baixa execução do orçamento para investimentos, caracteriza uma situação de desinvestimento progressivo. Esse quadro gera reflexos diretos na qualidade e nas condições de trabalho docente e de estudo discente, limitando a expansão ou até mesmo a manutenção de atividades de ensino, pesquisa e extensão, levando a condições precárias de realização dessas atividades. A reversão do quadro atual é essencial para assegurar a função social das Universidades Estaduais de Alagoas e sua contribuição para o desenvolvimento do estado.

Bahia

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR

O sistema estadual de ensino superior da Bahia é composto por quatro universidades estaduais, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Essas instituições apresentam forte inserção territorial, com campi e unidades distribuídos por diversas regiões do estado, desempenhando papel central na interiorização do ensino superior público, na formação de professores, na produção científica e na oferta de serviços públicos à sociedade.

A configuração regionalizada e multicampi, no caso de UNEB e UESB, do sistema confere às universidades estaduais baianas elevada relevância social, especialmente em um estado marcado por profundas desigualdades regionais

e sociais. Ao mesmo tempo, essa capilaridade amplia as demandas por financiamento estável e suficiente, uma vez que os custos de manutenção, infraestrutura e pessoal tendem a ser mais elevados em sistemas territorialmente dispersos. Nesse contexto, o financiamento das universidades estaduais da Bahia assume papel estratégico para a política educacional e de desenvolvimento regional do estado.

2. EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA (2007–2024)

Entre 2007 e 2024, a Receita Líquida de Impostos (RLI) do Estado da Bahia apresentou crescimento nominal expressivo, passando de R\$ 10,6 bilhões para R\$ 52,9 bilhões. Esse movimento reflete tanto a ampliação da base arrecadatória estadual quanto o crescimento econômico observado em diferentes momentos do período analisado.

No mesmo intervalo, o orçamento destinado às universidades estaduais evoluiu de R\$ 464 milhões para R\$ 2,04 bilhões. Apesar do crescimento nominal, a análise da participação das universidades na RLI revela tendência de perda relativa ao longo do tempo. Entre 2007 e 2015, observa-se certa estabilidade, com a participação oscilando em torno de 5%, atingindo seu ponto mais elevado em 2015 (5,38%). A partir de 2016, contudo, inicia-se um processo de retração, com a participação das IEES caindo para patamares inferiores a 4% nos anos mais recentes.

**Tabela 1: RLI e Orçamento das
Universidade Estaduais da Bahia (2007-2024)**

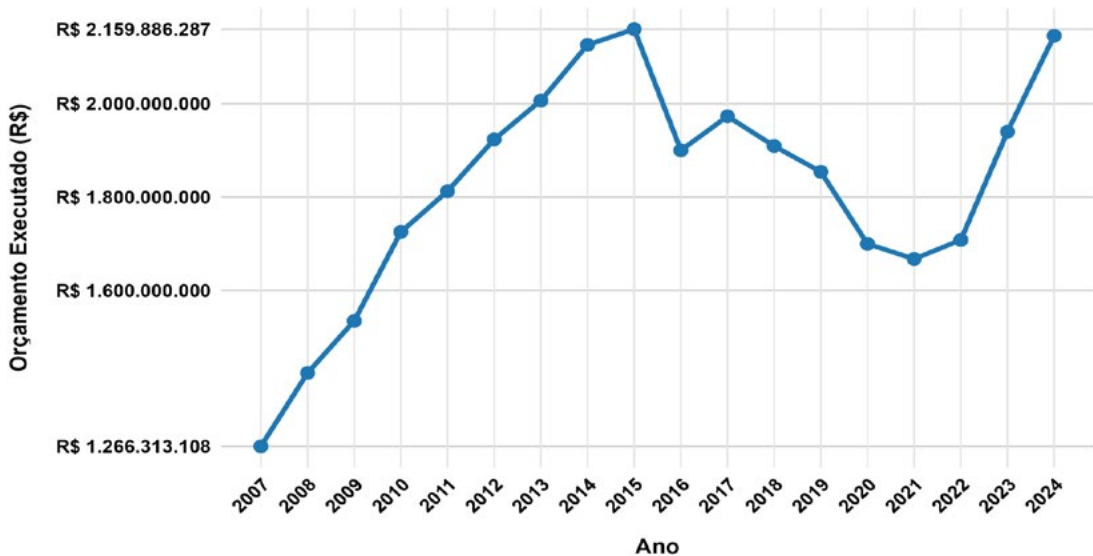
ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	10.642.092.000	463.975.090	4,36%
2008	12.247.924.000	551.178.747	4,50%
2009	12.155.265.000	623.373.320	5,13%
2010	14.024.226.000	736.078.321	5,25%
2011	16.026.202.000	824.661.366	5,15%
2012	17.592.510.000	922.442.737	5,24%
2013	19.774.146.000	1.021.943.763	5,17%
2014	21.459.305.000	1.151.239.489	5,36%
2015	23.715.742.000	1.275.109.777	5,38%
2016	25.212.834.000	1.219.900.621	4,84%
2017	26.042.458.000	1.310.326.041	5,03%
2018	28.559.697.000	1.314.509.710	4,60%
2019	30.284.074.000	1.324.146.358	4,37%
2020	30.978.445.000	1.252.970.009	4,04%
2021	39.046.121.000	1.331.115.459	3,41%
2022	43.868.430.000	1.490.273.992	3,40%
2023	46.697.867.000	1.770.204.538	3,79%
2024	52.925.054.000	2.043.113.419	3,86%

Fontes: RREO/BGE/Bahia (2007-2024) - Elaboração própria

Essa trajetória torna-se mais nítida quando se observa o gráfico das despesas totais das universidades estaduais em valores deflacionados. A leitura em termos reais indica que o crescimento nominal do orçamento não se converteu em expansão contínua do poder de compra dos recursos executados.

Evolução do Orçamento Executado (Valor Real) - BA

Soma de Pessoal, Custeio e Investimento das IEES (Deflacionado a preços de 2025)



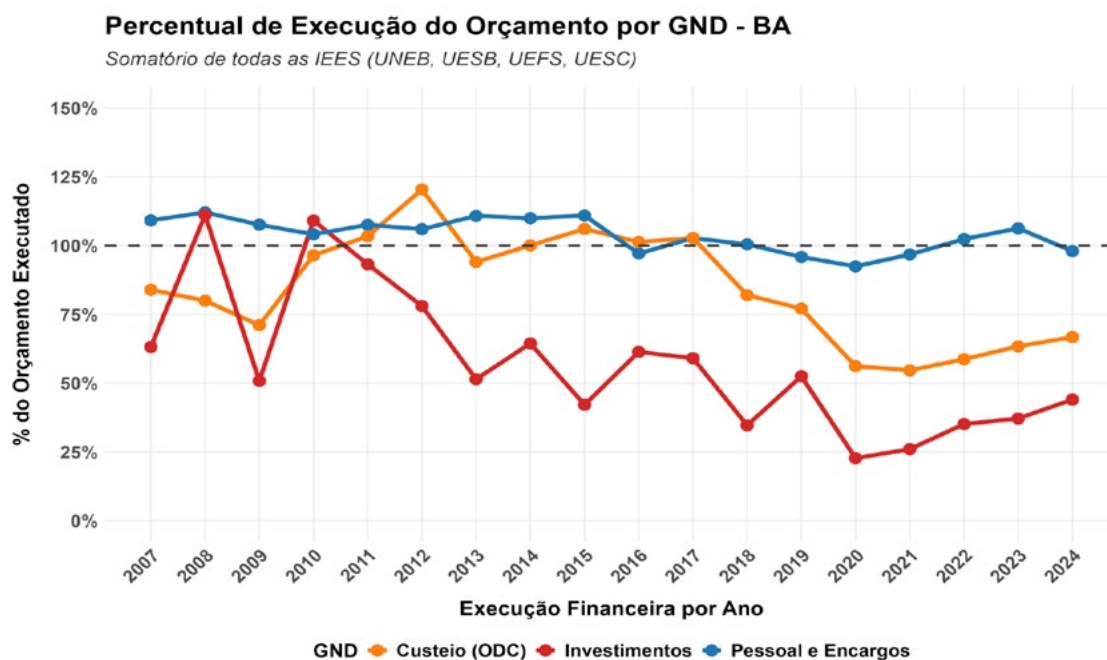
Após um período inicial de expansão real moderada até meados da década de 2010, observa-se uma fase prolongada de estagnação e compressão do orçamento real, especialmente entre 2016 e 2021. Apenas nos anos mais recentes verifica-se alguma recuperação, mas ainda insuficiente para recompor integralmente as perdas acumuladas ao longo do período, tendo em 2024 um orçamento que se assemelha aos patamares reais de 2015. Esse comportamento sugere que a expansão da RLI não foi acompanhada por fortalecimento proporcional e sustentado do financiamento das universidades estaduais.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

A análise da execução orçamentária das universidades estaduais da Bahia, a partir do gráfico de percentual de execução do orçamento por Grupo de Natureza da Despesa (GND), evidencia diferenças relevantes no comportamento das distintas rubricas e ajuda a compreender os limites do financiamento universitário no estado.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais apresentam, de forma geral,

elevados percentuais de execução, refletindo seu caráter obrigatório e o peso desse grupo na estrutura de custos das universidades. Esse padrão assegura a continuidade das atividades acadêmicas básicas, mas também reduz a flexibilidade orçamentária do sistema.



No caso das Outras Despesas Correntes (ODC), observa-se maior variabilidade nos percentuais de execução, indicando que o custeio institucional, manutenção, serviços terceirizados, funcionamento administrativo e apoio às atividades acadêmicas, tem sido utilizado como espaço de ajuste orçamentário. Essa dinâmica afeta diretamente as condições de funcionamento cotidiano das universidades, sobretudo em aspectos estruturantes como viagens de campo e execução de projetos de pesquisa e extensão que demandam alguns desses serviços.

Os investimentos apresentam os percentuais de execução mais baixos e irregulares ao longo da série. O gráfico evidencia que, mesmo quando há autorização orçamentária, a execução efetiva dos recursos destinados à expansão

e modernização da infraestrutura universitária enfrenta limitações recorrentes, tendo nos últimos quatro anos execução abaixo dos 40%. Esse padrão compromete a realização de projetos estruturantes e aprofunda a defasagem da infraestrutura física e tecnológica das instituições.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DA BAHIA

O caso da Bahia revela um sistema estadual de ensino superior amplo, socialmente estratégico e territorialmente capilarizado, cujo financiamento não acompanhou, de forma proporcional e sustentada, o crescimento da arrecadação estadual. A redução da participação das universidades na RLI, associada à estagnação do orçamento em termos reais e à baixa execução dos investimentos, impõe limites relevantes à consolidação e à expansão do sistema.

A análise conjunta da RLI, das despesas deflacionadas e da execução orçamentária por GND indica que o esforço fiscal estadual direcionado ao ensino superior tem se mostrado insuficiente para responder às demandas crescentes impostas pela estrutura multicampi das universidades baianas. O desafio central reside em assegurar maior estabilidade, previsibilidade e recomposição real dos recursos, condição indispensável para que as universidades estaduais possam fortalecer seu papel na redução das desigualdades regionais e no desenvolvimento econômico, social e científico da Bahia.

Ceará

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR

A educação superior pública no estado do Ceará conta com três universidades: a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (URCA). Distribuídas em 19 municípios, as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) do Ceará são essenciais para o acesso e a democratização do ensino superior público no estado.

Com cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de educação, ciências sociais e naturais, tecnologia, saúde humana e veterinária, as IEES são estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do estado, contribuindo para a análise e a busca de soluções para os problemas sociais e econômicos da sociedade cearense. Sendo assim, é de suma importância o monitoramento da execução orçamentária destinada a essas instituições.

Nesse sentido, o acompanhamento dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos é fundamental para garantir o protagonismo do estado no desenvolvimento regional e educacional do Ceará.

2. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS IEES NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)

A Receita Líquida de Impostos (RLI) do estado do Ceará passou de R\$ 6,15 bilhões (2007) para R\$ 32,18 bilhões (2024), um crescimento de mais de 400% no período, refletindo a expansão da arrecadação estadual. Em relação ao financiamento das IEEs houve crescimento, mas com flutuações: Os valores destinados às universidades estaduais aumentaram de R\$ 117,6 milhões (2007) para R\$ 742,5 milhões (2024). No entanto, em 2021 houve uma queda no percentual de participação (1,86%), mesmo com aumento nominal do financiamento, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1: RLI e Orçamento das Universidades Estaduais do Ceará (2007-2024)

ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	6.151.441.245	117.632.615	1,91%
2008	7.494.849.604	149.655.314	2,00%
2009	7.714.449.309	173.966.676	2,26%
2010	8.863.217.475	234.980.273	2,65%
2011	10.306.732.952	255.007.590	2,47%
2012	11.242.657.588	266.870.041	2,37%
2013	12.527.321.259	289.773.975	2,31%
2014	13.638.612.594	317.416.413	2,33%
2015	14.403.056.727	338.018.817	2,35%
2016	16.266.219.135	346.867.375	2,13%
2017	16.317.702.331	374.098.317	2,29%
2018	17.423.705.077	404.187.736	2,32%
2019	19.412.679.636	427.163.701	2,20%
2020	18.717.602.921	418.997.100	2,24%
2021	23.376.177.257	433.676.947	1,86%
2022	26.676.321.059	518.760.567	1,94%
2023	28.011.016.180	669.503.400	2,39%
2024	32.184.418.471	742.534.024	2,31%

Fontes: RREO/BGE/Ceará (2007-2024) - Elaboração própria

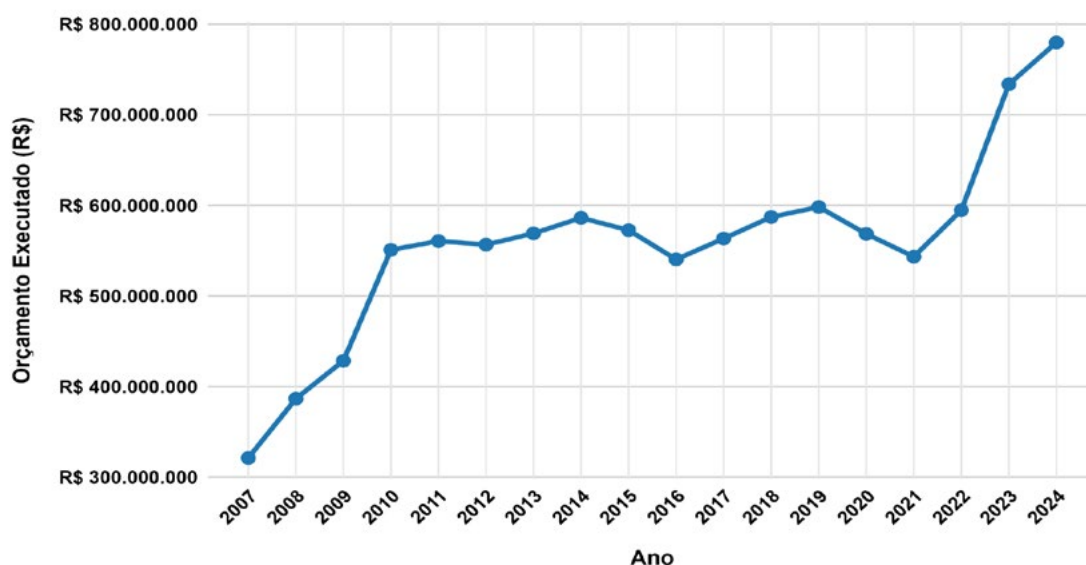
A Participação percentual das IEES na RLI variou entre 1,86% e 2,65%. O pico ocorreu em 2010 (2,65%), mas a tendência geral não apresenta crescimento contínuo, sugerindo que o financiamento das IEES nem sempre acompanhou proporcionalmente o aumento da arrecadação.

3. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO.

A evolução do orçamento das IEES em valores constantes (deflacionados) de 2007 a 2024, revela que em valores reais, o crescimento foi mais modesto e até mesmo com períodos de declínio como 2014 – 2016 e 2019 – 2021, como mostra o gráfico abaixo.

Evolução do Orçamento Executado (Valor Real) - CE

Soma de Pessoal, Custeio e Investimento das IEES (Deflacionado a preços de 2025)



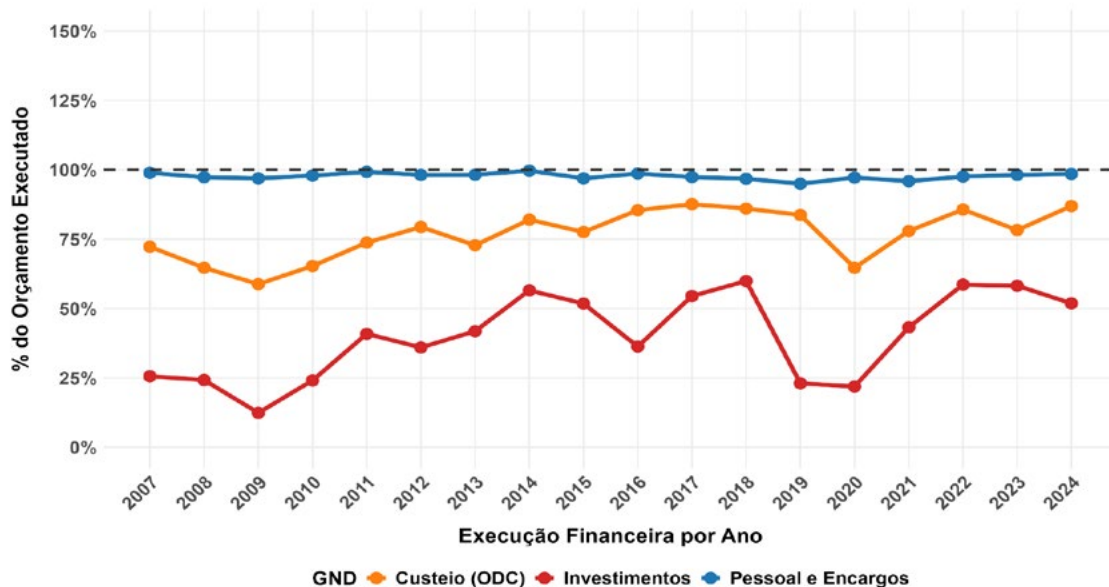
O quadro orçamentário das IEES do Ceará durante a maior parte do período foi de estagnação relativa entre 2010 e 2022, em valores reais, o orçamento permaneceu em torno de R\$ 500 –580 milhões por quase uma década, com recuperação apenas a partir de 2022.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS REALIZADOS.

Além do orçamento total destinado às IEES, a análise comparativa entre o orçamento autorizado e orçamento executado é central para identificar a existência de contingenciamento e qual tipo de gasto o governo prioriza. Para essa análise segue o seguinte gráfico que mostra o percentual de execução em relação aos gastos orçamentários autorizados, por Grupo de Natureza de Despesa, Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

Percentual de Execução do Orçamento por GND - CE

Somatório de todas as IEES (UECE, UVA, URCA)



É possível identificar no gráfico para a rubrica de Pessoal e Encargos Sociais um nível de execução do orçamento sempre próximo a 100%, isso se deve principalmente por ser uma despesa obrigatória.

A análise do nível de execução orçamentária em Outras Despesas Correntes para as IEES do Ceará demonstram grande volatilidade, principalmente para investimentos. Desde 2007 - exceção apenas em 2018 - a execução orçamentária para investimentos não ultrapassou os 60% do orçamento autorizado para a rubrica. Os momentos de crescimento ocorrem até um teto que pode ser considerado baixo, sendo acompanhados de quedas consistentes como em 2014, onde a execução ficou em 56,55% do orçamento, mas seguiu-se de uma queda para 36,32% em 2016, ou em 2018 quando a execução chegou em 60% mas seguiu-se de quedas para 23% e 22% em 2019 e 2020 respectivamente.

Quanto à rubrica de custeio, se observa também uma volatilidade, porém em patamar maior. Dois anos foram de maior queda, 2009 com 60% e 2020 com 65%. O período consecutivo de maior percentual de execução de ODC foi entre 2016 e 2019 entre 83% e 89% de execução da rubrica.

5. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

O financiamento das IEES do Ceará entre 2007 e 2024 mostra crescimento nominal expressivo, mas estagnação real. A participação orçamentária manteve-se em torno de 2% da RLI, sem ganhos significativos. Entre as rubricas a de investimentos é a que demonstra menor nível de execução, podendo se considerar uma situação de subinvestimento.

Embora os valores nominais tenham aumentado seis vezes no período, o poder de compra das universidades só recuperou tração a partir de 2022, após uma década de perdas reais. Considerando o tamanho do estado do Ceará, o papel dos investimentos para as três universidades se torna estratégico para transformar o ensino superior em vetor de desenvolvimento. É necessário vincular o financiamento às IEES a percentuais progressivos da receita estadual e garantir execução estável dos investimentos, assegurando as condições de atuação das instituições no estado.

Paraíba

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IEES NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)

A análise da evolução da participação orçamentária da Universidade do Estado da Paraíba - UEPB, na Receita Líquida de Impostos (RLI) do estado da Paraíba, no período de 2007 a 2024, revela uma trajetória marcada por volatilidade e, sobretudo, por um forte declínio a partir da segunda metade da série histórica. Inicialmente, os percentuais apresentaram um crescimento consistente, alcançando seu ápice em 2011, quando o financiamento destinado à IEES representou 6,36% da RLI. Contudo, este patamar não se sustentou. A partir de 2015, inicia-se uma tendência clara e persistente de erosão dessa participação.

Tabela 1: RLI e Orçamento da Universidade Estadual da Paraíba (2007-2024)

ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	6.151.441.245	117.632.615	1,91%
2008	7.494.849.604	149.655.314	2,00%
2009	7.714.449.309	173.966.676	2,26%
2010	8.863.217.475	234.980.273	2,65%
2011	10.306.732.952	255.007.590	2,47%
2012	11.242.657.588	266.870.041	2,37%
2013	12.527.321.259	289.773.975	2,31%
2014	13.638.612.594	317.416.413	2,33%
2015	14.403.056.727	338.018.817	2,35%
2016	16.266.219.135	346.867.375	2,13%
2017	16.317.702.331	374.098.317	2,29%
2018	17.423.705.077	404.187.736	2,32%
2019	19.412.679.636	427.163.701	2,20%
2020	18.717.602.921	418.997.100	2,24%
2021	23.376.177.257	433.676.947	1,86%
2022	26.676.321.059	518.760.567	1,94%
2023	28.011.016.180	669.503.400	2,39%
2024	32.184.418.471	742.534.024	2,31%

Fontes: RREO/BGE/Paraíba (2007-2024) - Elaboração própria

O percentual, que já havia recuado para a faixa de 3,5% entre 2015 e 2020, entra em queda acentuada a partir de 2021. O ano de 2023 marca o ponto mais baixo de toda a série, com a UEPB recebendo 1,93% da RLI. Em 2024, observa-se uma recuperação marginal para 2,38%, mas o valor permanece profundamente inferior aos patamares históricos e aquém das necessidades do sistema universitário.

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DA PARAÍBA.

O aumento nominal muito abaixo do crescimento da RLI provocou perda acelerada em valores reais do orçamento destinados à UEPB. Quando analisada

a série histórica em valores deflacionados, se observa que o ganho orçamentário entre 2007 e 2011, foi todo corroído ao ponto de o orçamento destinado em 2024 ser menor em termo reais do que o orçamento de 2008. Isso se deve à redução da participação da UEPB na RLI quando em 2008 foi de 4,51% e em 2024 de 2,38%. O Gráfico abaixo apresenta o orçamento da UEPB em valores reais no período 2007 – 2024.



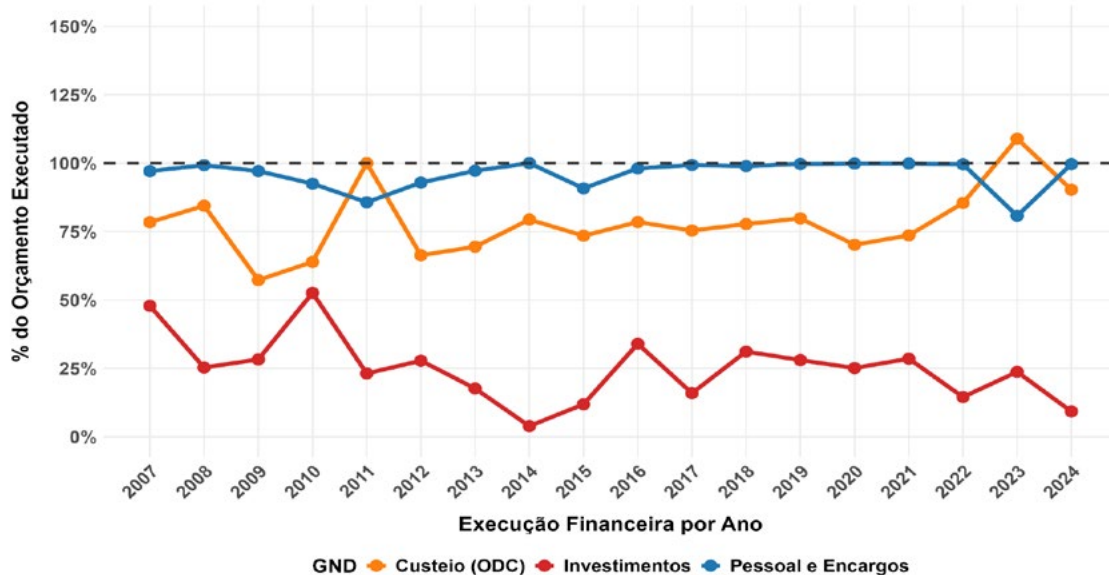
Os efeitos da perda em valores reais do orçamento tem impacto principalmente no orçamento discricionário, que o estado não tem a obrigação de pagamento, que será analisado na seção seguinte.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS EXECUTADOS.

A análise da execução orçamentária da Universidade Estadual da Paraíba, desagregada por Grupo de Natureza da Despesa (GND), expõe distorções entre o valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os recursos efetivamente gastos. O gráfico a seguir demonstra uma análise dos gastos executados com as rubricas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

Percentual de Execução do Orçamento por GND - PB

Somatório de todas as IEES (UEPB)



As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, são despesas obrigatórias. Com exceção dos anos de 2011 e 2023 a rúbrica teve uma execução abaixo dos 90%, respectivamente 86% e 81%.

A rúbrica relacionada a Outras Despesas Correntes (ODC), que englobam custeio administrativo, manutenção de campi, aquisição de materiais e serviços, apresentam comportamento distintos para períodos diferentes. Entre 2007 e 2013 o percentual gasto para ODC variou em torno de 60% atingindo em um ano pico de 100%. Entre 2014 e 2019 o gasto se manteve relativamente estável próximo aos 80% e após uma queda de dois anos de execução próximo aos 70% houve uma trajetória de alta chegando a mais de 100% da execução em 2023.

Os investimentos por sua vez demonstram um percentual de execução historicamente baixo, sendo o ano de maior percentual de execução em 2010 quando atingiu 53% de execução. O nível de investimento frequentemente se manteve abaixo dos 30% e 40%, com o ano de 2014 chegando próximo a 0%. A evolução dos investimentos no ensino superior da Paraíba demonstra uma realidade de desinvestimento, inclusive no ano de 2024, quando atingiu apenas 9% de execução.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA.

O cruzamento dos dados de receita, participação orçamentária e execução financeira configura um diagnóstico de subfinanciamento e desinvestimento. Esta trajetória de desinvestimento, agravada a partir de 2015 e acelerada após 2020, coloca em risco a sustentabilidade da instituição. A tendência, se mantida, levará a um progressivo esvaziamento da capacidade de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual da Paraíba. A reversão desse quadro exige a adoção de mecanismos de proteção orçamentária. A depender de debates que devem levar em consideração as condições regionais e o debate na comunidade universitária, um deles pode ser a vinculação de um percentual mínimo da RLI, em um patamar que garanta a retomada dos investimentos, área mais afetada. Um deles certamente é a garantia de que os recursos previstos sejam integralmente executados, assegurando previsibilidade e condições de planejamento de médio e longo prazo para a Universidade Estadual da Paraíba.

Piauí

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)

A Receita Líquida de Impostos (RLI) do estado do Piauí cresceu de forma quase contínua ao longo do período, de R\$ 2,65 bilhões (2007) para R\$ 15,01 bilhões (2024). O valor destinado à Universidade Estadual do Piauí - UESPI, também aumentou ao longo dos anos, de R\$ 54,3 milhões (2007) para R\$ 308 milhões (2024). Houve alguns anos com quedas (2017, 2019, 2020, 2021). A participação variou entre 1,80% (2008) e 2,86% (2016). Apesar do aumento nominal do financiamento, a participação percentual entre 2% e 2,9%, se apresentou dois momentos. O Primeiro com crescimento entre 2007 e 2016 indo de 2,05% a 2,86%, e um segundo momento de queda entre 2018 e 2024 indo de 2,81% a 2,05%, o mesmo patamar de 2007, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1: RLI e Orçamento da Universidade Estadual do Piauí. (2007-2024).

ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	2.654.796.587	54.298.693	2,05%
2008	3.250.532.696	58.539.596	1,80%
2009	3.316.207.478	69.766.034	2,10%
2010	3.755.177.914	76.579.063	2,04%
2011	4.405.926.250	97.330.059	2,21%
2012	4.741.123.762	109.579.530	2,31%
2013	5.203.198.710	127.484.828	2,45%
2014	5.742.896.634	150.737.812	2,62%
2015	6.146.894.496	172.133.837	2,80%
2016	6.842.952.566	195.896.136	2,86%
2017	7.013.224.751	190.306.940	2,71%
2018	7.898.087.253	221.770.982	2,81%
2019	8.388.358.709	211.007.758	2,52%
2020	8.323.331.393	202.839.328	2,44%
2021	10.622.428.998	212.349.987	2,00%
2022	12.169.828.604	281.888.167	2,32%
2023	13.316.552.893	290.747.926	2,18%
2024	15.012.752.481	307.998.576	2,05%

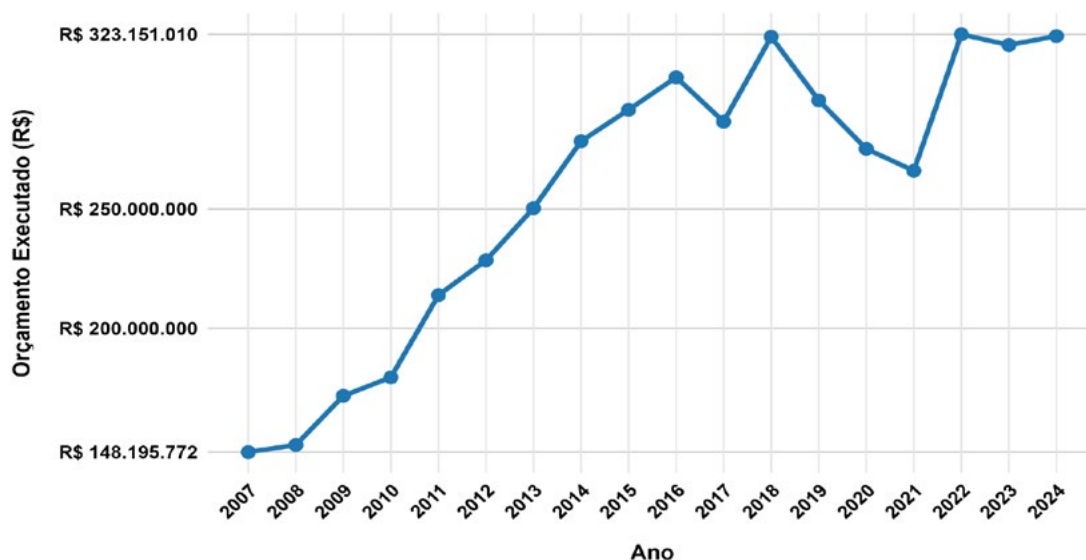
Fontes: RREO/BGE/Paraíba (2007-2024) - Elaboração própria

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ

Em termos reais, o orçamento destinado à Universidade Estadual do Piauí teve um crescimento real entre 2007 e 2016, de R\$ 144,4 mi para R\$ 315,1 mi, respectivamente. Houve picos em 2018 (R\$ 313,8 mi) e 2024 (R\$ 315,1 mi) e quedas relevantes em 2020 (R\$ 268,1 mi) e 2021 (R\$ 259,1 mi) – possivelmente reflexos da pandemia. Em 2022 o valor real voltou ao nível pré-pandemia de 2018 e estagnou até o ano de 2024. Como pode ser visto no gráfico abaixo, em termos reais o orçamento destinado para a universidade estadual do Piauí se encontra estagnado nos últimos seis anos.

Evolução do Orçamento Executado (Valor Real) - PI

Soma de Pessoal, Custeio e Investimento das IEES (Deflacionado a preços de 2025)

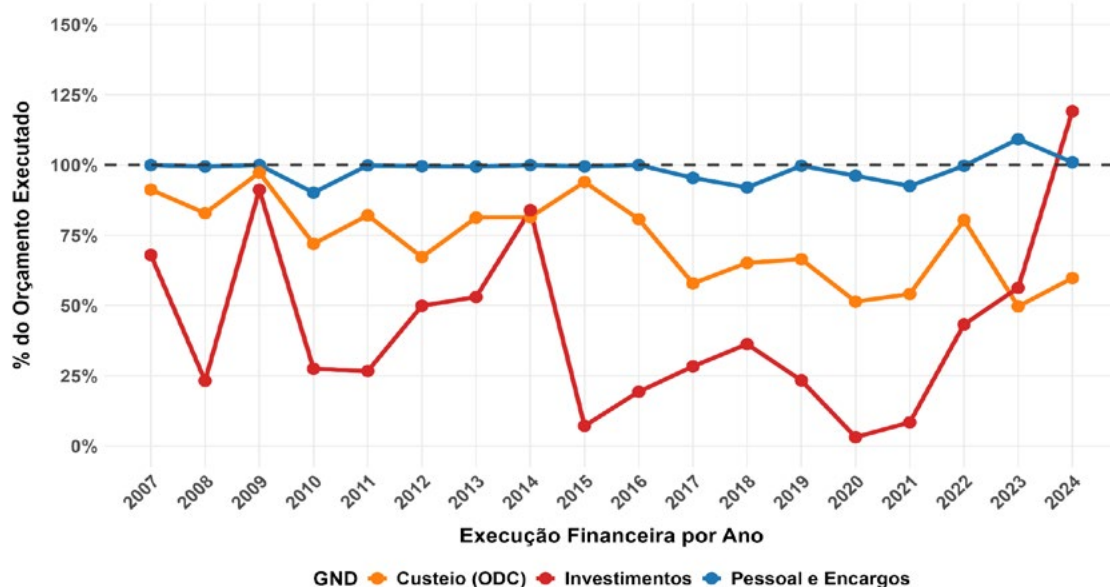


3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS EXECUTADOS.

A execução do orçamento a partir da comparação entre autorizado e executado demonstra se a instituição está sofrendo contingenciamentos, nas rubricas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos. No gráfico a seguir é exposto o percentual de execução de cada rubrica.

Percentual de Execução do Orçamento por GND - PI

Somatório de todas as IEES (UESPI)



As despesas executadas com Pessoal e Encargos Sociais por serem obrigatórias se mantêm sempre próximo aos 100% do autorizado com um ano especificamente acima dos 100%, em 2023. Os percentuais para Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos revelam como tem se comportado os recursos que garantem o funcionamento, a manutenção e expansão da Instituição. Estas despesas por não serem obrigatórias são mais suscetíveis a escolhas políticas para sua execução.

Para ODC se observa dois patamares de execução, um primeiro de 2007 a 2015 com uma execução entre 70% e 85% do autorizado e uma queda abaixo dos 70% e um segundo patamar entre 2017 e 2024 entre 50% e 70% apenas com um ano ultrapassando esse teto, em 2022 com 80% de execução.

Para investimentos ocorre um padrão de baixo percentual de execução, apenas três anos ultrapassando os 70% de execução, 2009, 2014 e 2024 quando ultrapassou os 100%. Entre 2015 e 2021 se concentra o período de menor percentual de execução em que o máximo foi 36% em 2018 e alguns anos abaixo dos 10% de execução (2015, 2020 e 2021).

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

A análise evidencia que, embora o financiamento nominal da UESPI tenha crescido substancialmente entre 2007 e 2024, passando de R\$ 54,3 milhões para R\$ 308 milhões, sua participação percentual na Receita Líquida de Impostos (RLI) permaneceu relativamente estagnada, variando entre 1,80% e 2,86%. Além disso, após alcançar o pico de 2,86% em 2016, observa-se uma trajetória de declínio, retornando em 2024 ao mesmo patamar de 2007 (2,05%). Em termos reais, o orçamento apresentou crescimento até 2016, seguido de estagnação nos últimos seis anos, com quedas acentuadas durante o período pandêmico (2020-2021), indicando fragilidade na capacidade de expansão sustentada dos recursos.

No que se refere à execução orçamentária, nota-se uma tendência preocupante de subexecução, especialmente nos gastos discricionários (ODC e investimentos). Enquanto a execução da ODC recuou para patamares entre 50% e 70% a partir de 2017, os investimentos registraram desempenho ainda mais crítico, com vários anos abaixo de 10% de realização. Essa baixa capacidade de execução limita a modernização, a manutenção e a expansão das instituições, refletindo falta de prioridade com a UESPI na plena aplicação dos recursos autorizados. Portanto, para assegurar o desenvolvimento contínuo do ensino superior estadual, faz-se necessária a fixação do patamar mínimo de recursos e níveis maiores de execução orçamentária para custeio e investimento.

Rio Grande do Norte

1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA IEES NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (RLI)

A Receita Líquida de Impostos do Rio Grande do Norte apresentou um crescimento contínuo, passando de R\$ 3,37 bilhões (2007) para R\$ 15,75 bilhões (2024), um aumento de 368%. No mesmo período, o orçamento destinado à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, passou de R\$ 96,8 milhões para R\$ 431,8 milhões. A tabela a seguir mostra a evolução desses valores.

Tabela 1. RLI e Orçamento da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (2007-2024).

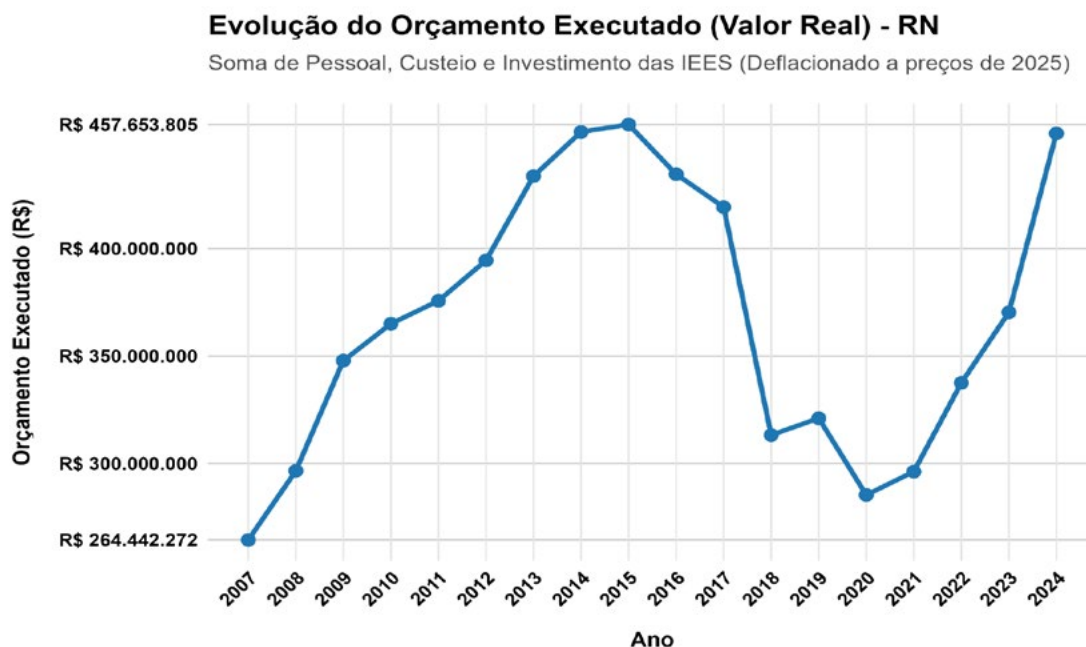
ANO	RLI	Orçamento das IEES	Participação % IEES/RLI
2007	3.366.241.318	96.891.224	2,88%
2008	3.935.179.314	114.840.264	2,92%
2009	4.012.958.129	141.274.766	3,52%
2010	4.609.569.700	155.698.364	3,38%
2011	5.322.689.667	170.899.956	3,21%
2012	5.890.489.565	189.137.422	3,21%
2013	6.380.954.486	220.831.043	3,46%
2014	6.843.435.291	245.941.885	3,59%
2015	7.260.174.115	270.180.142	3,72%
2016	7.920.207.153	278.979.392	3,52%
2017	8.135.950.355	278.408.547	3,42%
2018	8.613.416.206	215.625.968	2,50%
2019	9.309.883.067	229.238.000	2,46%
2020	9.283.918.347	210.321.271	2,27%
2021	11.553.787.289	236.435.497	2,05%
2022	13.011.837.003	294.402.138	2,26%
2023	14.664.031.785	337.865.116	2,30%
2024	15.751.072.089	431.861.716	2,74%

Fontes: RREO/BGE/Rio Grande do Norte (2007-2024) - Elaboração própria

Os dados orçamentários mostram que, em termos nominais, há uma evolução do orçamento destinado à educação superior; no entanto, percentualmente esse movimento não se observa. Na série histórica analisada, em 2007 o percentual da RLI destinado à UERN foi de 2,88%, chegou ao pico em 2015 com 3,72% e inicia um período de queda até os 2,05% em 2021, retomando uma trajetória de alta entre 2022 e 2024, quando atingiu 2,74%.

2. EFEITO INFLACIONÁRIO NO ORÇAMENTO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.

A queda percentual do financiamento em relação à arrecadação, quando incorporada a inflação, mostra o cenário apresentado no gráfico a seguir.



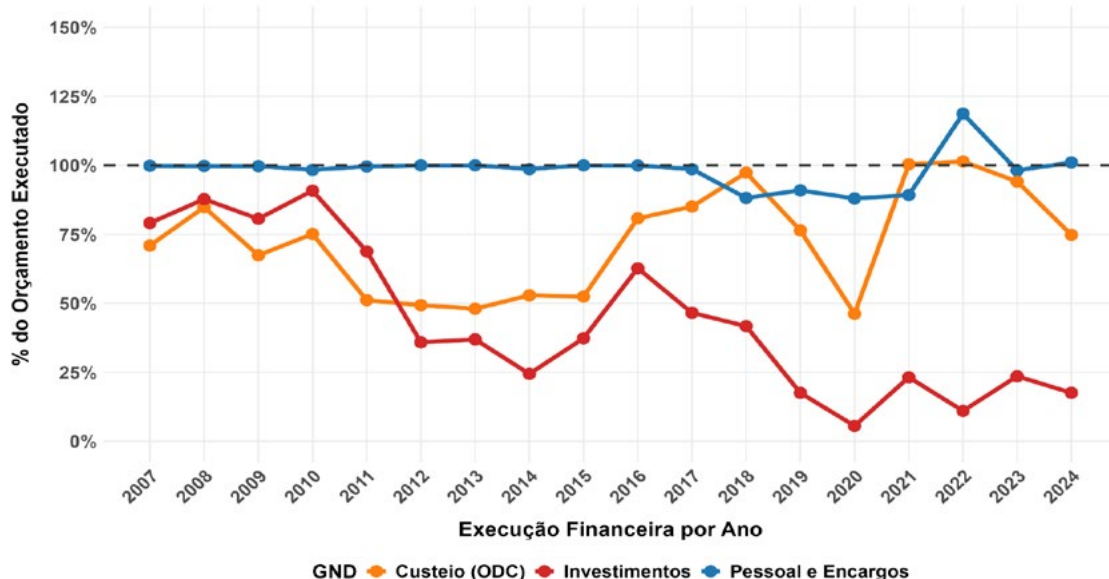
Os valores destinados no ano de 2024, considerando a manutenção do poder de compra, estão no patamar do ano de 2015, ano de maior participação percentual na RLI. Após o período de 2007 a 2015, de aumento consistente, inicia-se uma queda até 2020, com valores próximos aos de 2007. Considerando a inflação, o gráfico mostra que o ciclo recente de aumento no orçamento destinado à UERN ainda não atingiu o patamar de nove anos atrás, devido à queda considerável do percentual da RLI destinado à universidade.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: GASTOS AUTORIZADOS VS GASTOS EXECUTADOS.

A execução do orçamento a partir da comparação entre autorizado e executado demonstra se a instituição está sofrendo contingenciamentos, nas rubricas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos. No gráfico a seguir é exposto o percentual de execução de cada rubrica.

Percentual de Execução do Orçamento por GND - RN

Somatório de todas as IEES (UERN)



A execução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, uma despesa obrigatória, se manteve em 100% do orçamento executado no período 2007 - 2017. Entre 2018 e 2021 houve uma redução do percentual de execução para em torno de 90%, voltando a ficar em torno de 100% entre 2022 e 2024.

A execução em Outras Despesas Correntes (ODC) apresentou volatilidade. Entre 2007 e 2010 o percentual de execução da rubrica ficou na faixa entre 70% e 85%, após esse período seguiu uma estabilidade para baixo se mantendo próximo a 50% entre os anos 2011 e 2015. A partir de 2016 - com exceção de 2020 - são retomados os patamares a partir de 80% da execução orçamentária para a rubrica até 2023. Em 2024, esse percentual caiu novamente abaixo dos 80%.

Os Investimentos demonstraram execução significativamente mais baixa e volátil, apresentando uma fragilidade orçamentária para a rubrica. Após o período entre os anos de 2008 e 2010 com execução a partir de 80% do orçamento autorizado, ocorre um processo de desinvestimento vertiginoso, quando atinge 24% de execução da rubrica no ano de 2014. Nos anos 2015 e 2016 ocorreu uma alta no patamar de execução atingindo em torno dos 60%, porém

os anos seguintes é acompanhado novamente de novas quedas no percentual quando atinge 6% em 2020 e fecha 2024 com apenas 18% do orçamento autorizado executado para investimentos.

4. SÍNTESE INTERPRETATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A análise orçamentária da UERN entre 2007 e 2024 evidencia um cenário de contradições significativas: embora os recursos nominais tenham crescido, a participação percentual no orçamento estadual diminuiu consideravelmente, reduzindo o poder de compra da instituição para níveis equivalentes aos de uma década atrás.

Paralelamente, a execução orçamentária revela uma crise estrutural, particularmente nos investimentos, que apresentam níveis criticamente baixos e voláteis. A manutenção desse cenário, redução relativa do financiamento e baixo nível de execução orçamentária, cria um círculo vicioso que ameaça o funcionamento da universidade em condições adequadas, acelerando a desvalorização do patrimônio e limitando a expansão de suas atividades no estado do Rio Grande do Norte. A reversão desse quadro de desinvestimento exige a recomposição percentual do repasse à UERN, bem como a previsibilidade orçamentária em patamares adequados para o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade.